

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01073/2022)

**DEVEDOR**

<b>Ente Federativo/UF:</b>	Montes Claros/MG	<b>CNPJ:</b>	22.678.874/0001-35
<b>Endereço:</b>	Av. Cula Mangabeira		
<b>Bairro:</b>	Santo Expedito	<b>CEP:</b>	39401-002
<b>Telefone:</b>	3822211-3000	<b>Fax:</b>	(038) 3229-3000
<b>E-mail:</b>	contabilidade.pmmoc@gmail.com		
<b>Representante</b>	HUMBERTO SOUTO GUIMARÃES		
<b>CPF:</b>	065.892.356-00		
<b>Cargo:</b>	Prefeito	<b>Complemento:</b>	
<b>E-mail:</b>	prefeito@montesclaros.mg.gov.br	<b>Data início da</b>	01/01/2013

**CREDOR**

<b>Unidade Gestora:</b>	INSTITUTO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES	<b>CNPJ:</b>	66.489.741/0001-96
<b>Endereço:</b>	Rua Viúva Francisco Ribeira, nº 150		
<b>Bairro:</b>	CENTRO	<b>CEP:</b>	39400-114
<b>Telefone:</b>	3802211-3895	<b>Fax:</b>	(038) 3221-7830
<b>E-mail:</b>	diretoriaadm.prevmoc@gmail.com		
<b>Representante</b>	EUSTÁQUIO FILOCRE SARAIVA		
<b>CPF:</b>	108.450.036-15		
<b>Cargo:</b>	Presidente	<b>Complemento:</b>	
<b>E-mail:</b>	presidencia.prevmoc@gmail.com	<b>Data início da</b>	01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Complementar nº79 de 03 de março de 2020 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O INSTITUTO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Montes Claros da quantia de R\$ 2.320.583,65 (dois milhões e trezentos e vinte mil e quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 11/2012 a 06/2013, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Montes Claros confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

**Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO**

O montante de R\$ 2.320.583,65 (dois milhões e trezentos e vinte mil e quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), será pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 193.381,97 (cento e noventa e três mil e trezentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 193.381,97 (cento e noventa e três mil e trezentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos), vencerá em 28/01/2023 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério do Trabalho e Previdência as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

**Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 1,00% (um por cento), conforme Lei nº Lei Complementar nº79 de 03 de março de 2020.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês),

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01073/2022)**

acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais composto de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

**Cláusula Quarta - DA RESCISÃO**

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

**Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE**

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

**Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE**

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

**Cláusula Sétima - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Montes Claros - MG / 21/12/2022

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
06589235600	Humberto Guimarães Souto	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 20/01/2023
10845003615	EUSTAQUIO FILOCRE SARAIVA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 21/12/2022
05015663684	RODRIGO NERI DE AZEVEDO	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 21/12/2022
10659252635	VALTER ALVES DOS SANTOS	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 21/12/2022



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 20/01/2023 16:40:26.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=534684&crc=D97E4812>,  
informando o código verificador: 534684 e código CRC: D97E4812.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01073/2022)**

**DECLARAÇÃO**

HUMBERTO SOUTO GUIMARÃES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01073/2022, firmado entre o/a Montes Claros e o INSTITUTO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MONTES CLAROS em 21/12/2022, foi publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ no

- ( ) mural  
( ) jornal \_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
( ) Diário Oficial do \_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Montes Claros, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
06589235600	Humberto Guimarães Souto	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 20/01/2023
10845003615	EUSTAQUIO FILOCRE SARAIVA	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 21/12/2022
05015663684	RODRIGO NERI DE AZEVEDO	Testemunha 1	Assinado digitalmente em 21/12/2022
10659252635	VALTER ALVES DOS SANTOS	Testemunha 2	Assinado digitalmente em 21/12/2022



Este documento foi assinado digitalmente por completo em 20/01/2023 16:40:26.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=534684&crc=D97E4812>,  
informando o código verificador: 534684 e código CRC: D97E4812.